



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

238

27

fe

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0174607-8/02**

**EMBARGANTE:** UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A (Advogado: Luiz Fernando Visconti)

**EMBARGADOS:** ESPÓLIO DE LUIZ TIMÓTEO DE ALENCAR (Advogado: Ney R. Araújo)

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 135/2010**

5696  
- R -

**Ementa: Direito Processual Civil. Embargos de declaração em face de acórdão em recurso de agravo. Alegação de omissão e contradição. Prequestionamento. Rejeição.** 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. É entendimento assente da jurisprudência do STJ que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 4. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Ausentes as causas de embargabilidade, observa-se mero propósito do recorrente de, por meio dos declaratórios, obter o reexame da matéria, o que não é possível nos estreitos limites desse tipo de recurso. 5. Recurso conhecido para fins de prequestionamento, mas rejeitado no mérito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar o recurso de embargos de declaração, nos termos do voto proferido pelo Desembargador Relator.*

Recife,

18 de maio de 2010.

Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

239 JB (S)

**3.<sup>a</sup> CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0174607-8/02**

**EMBARGANTE:** UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

**EMBARGADO:** ESPÓLIO DE LUIZ TIMÓTEO DE ALENCAR

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos de declaração voltados contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso de agravo interposto pelo ora embargante.

O embargante alega omissão, argumentado a ausência de pronunciamento quanto necessidade da comprovação pela parte embargada quanto a existência de vínculo negocial ou mesmo processual, bem como afirma que, os magistrados não teceram convencimento acerca da permissiva da legislação federal, Lei 4.594/64, e suas seqüelas jurídicas.

Assevera também que, não foi explicado o porquê da aplicação das normas consumeristas ao caso, sendo omissa o presente acórdão quando da alegação do ora Embargante no que diz respeito à aplicação do CDC. Defende, ainda, a existência de contradição na decisão recorrida.

Requer, ao final, o conhecimento da matéria para fins de prequestionamento, bem como o provimento dos aclaratórios para que seja sanada a alegada omissão.

É o relatório.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

**Ementa:** **Direito Processual Civil. Embargos de declaração em face de acórdão em recurso de agravo. Alegação de omissão e contradição. Prequestionamento. Rejeição.** 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. É entendimento assente da jurisprudência do STJ que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 4. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Ausentes as causas de embargabilidade, observa-se mero propósito do recorrente de, por meio dos declaratórios, obter o reexame da matéria, o que não é possível nos estreitos limites desse tipo de recurso. 5. Recurso conhecido para fins de prequestionamento, mas rejeitado no mérito.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

É entendimento assente da jurisprudência do STJ que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio.

Logo, não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada pela parte.

Passo, então, a analisar se o acórdão, ora vergastado, padece de algum dos vícios que autorizam a oposição dos embargos. Eis os termos do julgado combatido:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

242 30

**EMENTA:** DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ALEGAÇÕES RECURSAIS EM MANIFESTO CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. AGRAVO A NÃO MERECER PROVIMENTO.

Vislumbro pertinente, ainda, transcrever o voto desta Relatoria integrante do acórdão acima referido, *in verbis*:

*Mantenho os termos da decisão vergastada, da qual destaco os principais fundamentos:*

*“Cuidam os autos de agravo de instrumento interposto à iniciativa do UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A contra decisão proferida pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da 23.ª Vara Cível da Comarca do Recife que, nos domínios da ação de cobrança para exibição dos saldos em caderneta de poupança, tombada sob o nº 001.2007.054604-6, determinou, liminarmente, no prazo de 30 (trinta dias), a apresentação de toda documentação pertinente à conta bancária da parte agravada e inverteu o ônus da prova, ressaltando que o não cumprimento da obrigação importará a aceitação dos fatos alegados como verdadeiros.*

*Inicialmente, o agravante alega a nulidade da decisão, por ausência de motivação. Requer a concessão de efeito suspensivo, por se encontrar na iminência de vir a sofrer lesão grave e de difícil reparação, eis que a não apresentação dos extratos implicará, inevitavelmente, o reconhecimento da existência da caderneta de poupança, quando, muito provavelmente, esta nem tenha efetivamente existido.*

*Vislumbra ainda a possibilidade de vir a sofrer uma injusta violação de seu patrimônio, vez que, mesmo não tendo sido imposta multa diária, o julgador poderá cominá-la em valor demasiado oneroso, e até mesmo sofrer busca e apreensão em sua sede, como se houvesse infundada recusa à apresentação dos documentos.*

*Ademais, entende que não pode ser compelido a apresentar os extratos da*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

242 31

*caderneta de poupança, haja vista restar configurado o fato de a obrigação ser considerada impossível. Alega, por fim, a configuração da prescrição quinquenal, a teor da Resolução do BACEN n.º 2.078/94, bem como a inaplicabilidade, in casu, da inversão do ônus da prova.*

*Pugna, portanto, pela concessão de efeito suspensivo à decisão vergastada, com o posterior provimento do recurso.*

*Eis os aspectos a relatar. Passo a decidir.*

*Primeiramente, entendo que não estão suficientemente comprovados o periculum in mora e o fumus boni iuris, de modo a ensejar a concessão da urgência pleiteada. Não antevejo iminência de lesão grave e de difícil reparação à agravante, até porque nenhuma sanção pecuniária foi-lhe imposta, e se porventura vier a acontecer, o ordenamento jurídico propicia ao recorrente o remédio adequado no momento oportuno.*

*Por outro lado, encontra-se consolidado na jurisprudência dos tribunais pátrios, o entendimento de que a prescrição, na espécie, não é quinquenal, e sim vintenária, “isto porque tratando-se de discussão do próprio crédito, que deveria ter sido corretamente pago, o prazo prescricional é de vinte anos, uma vez que não se refere a juros ou a quaisquer prestações acessórias. Cuida-se, na verdade, de ação pessoal, pois é o valor principal do próprio crédito que está em discussão, e não verbas acessórias”. (STJ. AgRg no Resp n.º 705.871/SP, Ministro Relator convocado Carlos Fernando Mathias).*

*Outrossim, em casos desse jaez, a inversão do ônus probatório decorre da própria relação consumerista, no sentido de acautelar o interesse do consumidor, parte hipossuficiente na demanda, contrastando com as alegações do agravante.*

*Desta feita, vislumbro que deverá ser mantida a decisão impugnada, de modo a garantir a exibição de documentos, eis que configura dever do banco apresentar contratos e extratos que comprovem as transações bancárias para exame e conferência do correntista, não se justificando sua recusa em fazê-lo.*

*Nesse diapasão, colaciono ementa de julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis:*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

242-7  
32

*Exibição de documentos. Extratos bancários. Precedente da Corte. 1. Na linha de precedente desta Terceira Turma, a "circunstância dos documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira de exibir a documentação pleiteada pelo autor, oportunizando informações suficientes, adequadas e verazes a respeito dos contratos entabulados, pois àquela incumbe, ex vi legis, o dever de exibi-las se instada a fazê-lo, em razão do contrato celebrado com os autores. (REsp nº 330.261/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 8/4/02). 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp 617031/RS, Ministro Relator Carlos Alberto Menezes Direito, j. 25/10/2005)*

*Outro não é o posicionamento desta Corte de Justiça, conforme se verifica a seguir:*

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS MONETÁRIAS NA CADERNETA DE POUPANÇA EM FACE DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECUSA DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ÔNUS DO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. O dever de informação tem como consectário o de exibir a documentação que a contenha cujo imperativo decorre da lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de condicionante ou mesmo de recusa, em face do princípio da boa-fé objetiva. Se é possível ao cliente, a qualquer tempo, solicitar da instituição bancária prestação de contas, com mais razão pode postular a exibição dos extratos de sua poupança. Decisão mantida. Agravo de Instrumento improvido. Agravo Regimental prejudicado. (TJPE. Agravo Regimental n. 162281-3/01, Desembargador Relator Eloy D'Almeida Lins, 4ª Câmara Cível, j. 23/7/2008).*

*RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO § 1º DO ARTIGO 557 DO CPC. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS INDICATIVOS DE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. A jurisprudência deste TJPE tem se posicionado no sentido de que demonstrada a relação de consumo, a existência de vulnerabilidade na relação contratual e a necessidade da juntada dos extratos bancários para o deslinde da demanda (cobrança de quantia referente a rendimento de conta-poupança à época do plano Bresser, Verão e Collor),*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

243 33  
justifica-se a exibição pelo banco recorrente. (TJPE. Recurso de Agravo n.º 162750-3/01, Desembargador Relator Jovaldo Nunes Gomes, Órgão Julgador 5ª Câmara Cível, j. 12/6/2008).

CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONTRATO. DIREITO DO CONSUMIDOR. POUPANÇA. PLANO BRESSER, VERÃO E COLLOR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida - com fulcro art. 557, caput, do CPC - em Agravo de Instrumento. Decisão recorrida que identificou os pontos objetos da pretensão recursal (legitimidade da recusa de fornecimento dos documentos solicitados e a impossibilidade de exibir os extratos, posto que os mesmos foram eliminados). Matérias recursais que já se encontram pacificadas no âmbito do colendo STJ e do TJPE. Nenhum fato novo veio com o recurso que ensejasse a realização do Juízo de retratação ou reforma da decisão vergastada. Recurso de Agravo Improvido. Decisão unânime. (TJPE. Recurso de Agravo n.165902-9/01, Desembargador Relator Eurico de Barros Correia Filho, Órgão Julgador 4ª Câmara Cível, j. 28/5/2008)

Ademais, reputo suficiente a fundamentação legal inserida na decisão atacada, pelo que não configurada a hipótese de nulidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 527, inc. I e no art. 557, caput, ambos do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso, por estar em confronto com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça".

Esposados os fundamentos da decisão guerreada, é válido tecer algumas considerações acerca dos argumentos da agravante, a fim de que não reste nenhuma dúvida sobre o acerto do decisum monocrático.

Aduz o banco recorrente que a juntada dos documentos em questão é prova bastante trabalhosa, tendo em vista vultosa demanda, bem como o longo período decorrido desde a data dos extratos requeridos.

Alega, ainda, que, no ordenamento jurídico pátrio, não há ato normativo que obrigue a instituição financeira a guardar extratos bancários pelo período de vinte anos.

Defende também a impossibilidade de inversão do ônus da prova nesse





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

244 34

*momento processual.*

*A despeito das alegações da recorrente, reputo que, no caso em análise, a decisão do juiz singular foi coerente com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça, o que ficou explicitado na decisão terminativa ora atacada, fundamentada no art. 557 do CPC.*

*Vislumbro que a dificuldade em localizar os extratos não desobriga a instituição financeira de exibi-los, nem justifica sua não apresentação. Não pode ser recusada a exibição dos documentos que alcançam toda a relação contratual.*

*Vale destacar, também, conforme já observado na decisão vergastada, que já se encontra pacífico na jurisprudência dos tribunais pátrios o entendimento de que a prescrição, na espécie, não é quinquenal, e sim vintenária, obrigando, portanto, a empresa agravante a guardar os extratos para exame e conferência do correntista, no período de vinte anos.*

*Quanto ao momento processual pertinente ao decreto de inversão do ônus da prova, observo que este pode ocorrer no início do procedimento, deixando as partes logo cientes sobre as regras do julgamento. Vejamos o posicionamento do STJ sobre a matéria:*

*Ementa: RECURSO ESPECIAL. CDC. APLICABILIDADE ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ENUNCIADO N. 297 DA SÚMULA DO STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC). MOMENTO PROCESSUAL. FASE INSTRUTÓRIA. POSSIBILIDADE.*

- 1. Há muito se consolidou nesta Corte Superior o entendimento quanto à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (enunciado n. 297 da Súmula do STJ) e, por conseguinte, da possibilidade de inversão do ônus da prova, nos termos do inciso VIII do artigo 6º da lei consumerista.*
- 2. O Tribunal de origem determinou, porém, que a inversão fosse apreciada somente na sentença, porquanto consubstanciaria verdadeira "regra de julgamento".*
- 3. Mesmo que controverso o tema, dúvida não há quanto ao cabimento da inversão do ônus da prova ainda na fase instrutória - momento, aliás, logicamente mais adequado do que na sentença, na medida em que não impõe*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

244-7  
35

*qualquer surpresa às partes litigantes -, posicionamento que vem sendo adotado por este Superior Tribunal, conforme precedentes.*

*4. Recurso especial parcialmente conhecido e, no ponto, provido. (STJ. Resp n.º 662608/SP Ministro Relator HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, j. 12/12/2006) – grifos acrescidos.*

*Sobre o argumento de que a decisão proferida em primeira instância padece do vício de ausência de motivação, entendo que melhor sorte não assiste à agravante, pois, embora sucintamente, o MM. Juiz fundamentou a aludida no art. 6.º, inciso VIII, do CDC.*

*Arrematando o voto, transcrevo abaixo mais um exemplar da jurisprudência da nossa Corte Superior de Justiça:*

*Ementa: Exibição de documentos. Extratos bancários. Precedentes da Corte. 1. Não se pode negar a exibição de extratos que alcançam toda a relação contratual apenas porque poderiam ser obtidos por meio da internet. Parte-se, assim, do pressuposto que todos têm computador e sabem manejá-lo. Esta Terceira Turma, pelo menos em duas oportunidades, demonstrou que "a circunstância dos documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira de exibir a documentação pleiteada pelo autor, oportunizando informações suficientes, adequadas e verazes a respeito dos contratos entabulados, pois àquela incumbe, ex vi legis, o dever de exibi-las se instada a fazê-lo, em razão do contrato celebrado com os autores. (STJ. REsp n.º 330.261/SC, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 8/4/02; REsp n.º 617.031/RS, da minha relatoria, DJ de 13/2/06). 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp n.º 706367/RS, Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ. 20/04/2006)*

*Em face de todo o exposto, manifesto-me ao não provimento do presente recurso de agravo, ratificando, integralmente, os termos da decisão terminativa hostilizada. É o voto.*

*Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Não vislumbro, **in casu**, o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual acima invocado.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

Sendo assim, percebe-se que o embargante tenta rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas. Entretanto, os embargos declaratórios não se prestam a esse fim, possuindo natureza meramente integrativa.

Em face do exposto, reputo inexistir causas de embargabilidade na decisão acoimada, sendo meu voto no sentido de se conhecer do recurso para fins de prequestionamento, rejeitando-o, todavia, no mérito.

Assim é como voto.